

## **ENTRE AGÊNCIAS E TRAJETÓRIAS NEGRAS: OS “CENTENÁRIOS” NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1890-1906)<sup>1</sup>**

*Thiago Campos da Silva<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é investigar as experiências sociais de africanos e afro-brasileiros “centenários” na cidade do Rio de Janeiro entre 1890-1906. A proposta consiste em avaliar as condições sob as quais esses sujeitos viviam, teciam relações e se deslocavam pela capital federal nos anos iniciais da Primeira República. Para realizar essa tarefa, as fontes mobilizadas abrangem o Censo Municipal de 1906 e os periódicos em circulação na cidade entre 1890-1906. A relevância dessa delimitação é descortinar novas possibilidades de compreensão sobre as trajetórias de negros/negras depois da Abolição a partir de uma perspectiva voltada às relações raciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Africanos. Negros. Centenários. Censo. Rio de Janeiro.

## **BETWEEN BLACK AGENCIES AND TRAJECTORIES: THE “CENTENARIANS” IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (1890-1906)**

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to investigate the social experiences of “centenarians” africans and afro-brazilians in the city of Rio de Janeiro between 1890-1906. The proposal consists of evaluating the conditions under which these subjects lived,

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de discussões desenvolvidas pelo autor em sua dissertação de Mestrado em História, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Ver: SILVA, 2022.

<sup>2</sup> Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: tg.campos@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7799-6254>.

established relationships and moved around the federal capital in the early years of the “Primeira República”. For that, the sources mobilized in this work include the Municipal Census of 1906 and the press of the city of Rio between 1890-1906. The relevance of this delimitation is to reveal new possibilities for understanding the trajectories of black men and women after the Abolition from a perspective based on racial relations.

**KEYWORDS:** Africans. Blacks. Centenarians. Census. Rio de Janeiro.

## **ENTRE AGENCIAS Y TRAYECTORIAS NEGRAS: LOS “CENTENARIOS” EN LA CIUDAD DE RIO DE JANEIRO (1890-1906)**

**RESUMEN:** La finalidad de este artículo es investigar las experiencias sociales de africanos e afrobrasileños “centenarios” en la ciudad de Rio de Janeiro entre 1890-1906. La propuesta consiste en evaluar las condiciones en que estos sujetos vivieron, tejieron relaciones y se desplazaron por la capital federal en los primeros años de la “Primeira República”. Para eso, las fuentes movilizadas incluyen el Censo Municipal de 1906 y los periódicos en circulación en la ciudad entre 1890-1906. La relevancia de esta delimitación es revelar nuevas posibilidades para comprender las trayectorias de negros y negras después de la Abolición desde una perspectiva centrada en las relaciones raciales.

**PALABRAS CLAVE:** Africanos. Negros. Centenarios. Censo. Rio de Janeiro.

### **INTRODUÇÃO**

A experiência histórica é uma experiência de tempo, de espaço e de relações sociais.<sup>3</sup> Tudo isso é tecido nas tramas de um tempo não-linear e não-homogêneo, complexidade que comporta diversas temporalidades, mas também muitos passados e presentes. Conforme o momento histórico

---

<sup>3</sup> E.P. Thompson trata a experiência como categoria histórica para se referir à “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. Movimento espontâneo, surge da agência dos atores históricos como consequência da reflexão sobre si e sobre a realidade que os cerca, o que produz significados em sua consciência e na cultura como, por exemplo, nas artes, nos sentimentos, nos valores e comportamentos ( THOMPSON, 1981, p. 15-16; 182-189).

em que se vive, a recuperação traz um passado distinto, uma vez que não é possível reconstituir a história inteira, mas sim os seus fragmentos.

Embora muitas vezes incompletos, os arquivos carregam vestígios que permitem a retomada de diferentes passados, eles mesmos detentores de significados que podem ser compreendidos pela costura de indícios que as fontes deixam escapar. Essa operação pode ser realizada na confluência entre História e Antropologia, aproximando fronteiras que destacam a pluralidade das agências, projetos, expectativas e perspectivas de sujeitos historicamente invisibilizados.

Por exemplo, há diversos caminhos possíveis para investigar as condições da população negra no pós-Abolição. Quais rumos tomaram as vidas de pessoas escravizadas diante da recém-promulgada Lei Áurea, em 13 de maio de 1888? Em relação aos que sobreviveram e envelheceram, quais as possibilidades de inclusão que estavam postas em jogo? Novos questionamentos ou respostas para antigas questões podem surgir a partir do tratamento da documentação disponível, em especial ao propor articulações entre a historiografia e a antropologia para a compreensão de processos históricos. E, particularmente, ao transformá-los em suportes da investigação, é possível desvelar os silêncios presentes nessas fontes.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar as experiências sociais de africanos e afro-brasileiros “centenários” na cidade do Rio de Janeiro, entre 1890-1906. A proposta consiste em utilizar o documento do Censo Municipal de 1906 para avaliar as condições sob as quais esses sujeitos viviam, teciam relações e se deslocavam pela então capital federal nos anos iniciais da Primeira República. A partir de uma perspectiva voltada às relações raciais, a abordagem do social e do cultural<sup>4</sup> se apresenta como um caminho para visibilizar histórias, preencher lacunas e restituir o protagonismo desses atores sociais, ampliando as possibilidades de análise sobre o Brasil Republicano.

A seleção do período entre 1890-1906 abrange os projetos republicanos de intervenção sobre os modos de viver na cidade do Rio, delimitação temporal que permite acompanhar o momento de maior

---

<sup>4</sup> De acordo com E. P. Thompson (1998), a cultura é uma construção histórica, contextual e relacional em constante mudança, negociação e reelaboração.

interferência sobre o Centro da cidade, durante os mandatos do prefeito Pereira Passos e do presidente da República, Rodrigues Alves. Isso implica pensar a cidade como uma produção histórica tanto em seu aspecto material quanto cultural, constituída pelas relações sociais, formando um espaço vivo que é construído, disputado, apagado, refeito e reconstituído tanto pelas agências populares quanto pelas camadas dirigentes.<sup>5</sup>

Os arquivos utilizados nessa pesquisa são o Censo Municipal realizado em 20 de Setembro de 1906, principal fonte do trabalho, e os periódicos em circulação na cidade do Rio entre 1890-1906 que disponibilizavam informações sobre negros/negras centenários, a saber: *A Notícia*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *O Século*. O referencial metodológico para o tratamento das fontes é o “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989) pois, nos “meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007, p. 11-12).

Por esses caminhos, um olhar histórico-antropológico aos documentos localiza detalhes antes tidos como irrelevantes que se transformam nos meios de compreensão da realidade e, também, podem revelar os significados produzidos pelos sujeitos retratados nas fontes. Pensando a “história vista de baixo” (THOMPSON, 2001, p. 185), a importância do estímulo antropológico reside na atenção para os sistemas de valores e crenças, para as práticas simbólicas e para os costumes, operações que delimitam antigas evidências em “ingrediente ativo da história social” (THOMPSON, 2001, p. 229-243). Trocando em miúdos, trata-se de uma pesquisa que enfatiza as trajetórias dos vencidos e dos esquecidos, resgatando “centelhas de esperança” ao “escovar a história a contrapelo” (LOWY, 2005, p. 72; 140), elementos para a escrita de uma nova história a partir das agências dos grupos subalternizados.

---

<sup>5</sup> Essa reflexão é inspirada pela construção teórica formulada pelo geógrafo Milton Santos (1979), segundo a qual o espaço é uma estrutura social independente e autônoma, sendo o território o “espaço vivido”, constituído pelas agências, práticas e relações sociais que nele se estabelecem.

## TRAJETÓRIAS NEGRAS NAS RUAS DO RIO

“Mais de 100 anos! Essa é a idade do africano Adão José Dias de Vasconcelos, encontrado em abandono, às 11 horas da noite de ontem, na rua das Laranjeiras” (A NOTÍCIA, 1894, p. 01). Era dessa maneira que o jornal *A Notícia* informava, em setembro de 1894, sobre a morte de Adão José nos ainda distantes arrabaldes da Zona Sul carioca. Infelizmente não foi possível encontrar informações adicionais sobre a sua biografia, mas o breve obituário permite a investigação de pormenores sobre as condições de vida de africanos/africanas no Rio do pós-Abolição.

Como a imprensa é uma prática social, a sua atuação procura moldar a realidade em que atua, cristalizando interpretações e modos de fazer (DARNTON, 1990). Assim, trata-se de algo mais do que somente um registro de informações sobre determinada especificidade histórico-temporal (CRUZ & PEIXOTO, 2007). Em suas notícias, a aplicação de filtros metodológicos permite investigar, além dos significados produzidos pelos jornalistas, indícios que revelam agências, práticas e experiências sociais produzidas pela população negra.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade do Rio ainda era muito africana, uma presença viva e pulsante.<sup>6</sup> Essa movimentação incessante se fazia ver na cidade desde o século XIX. De acordo com Farias *et al* (2006), em 1821, a população escravizada compunha 46,5% do total de habitantes das freguesias centrais da cidade; em 1872, havia 18.065 africanos na Corte, 40% deles livres e libertos (p. 10). Também é importante considerar que, em 1870, aproximadamente 81,2% dos escravizados residiam nas regiões urbanas do Rio e que, em um recorte mais definido, 38,2% da população das cinco freguesias centrais da cidade era composta por africanos (FARIAS *et al*, 2006, p. 10). Esses números ajudam a colocar em relevo “a força demográfica (absoluta e relativa) da população negra, juntando africanos, crioulos, pardos e pretos, livres e escravos” (FARIAS *et al*, 2006, p. 10).

---

<sup>6</sup> Para discussões mais aprofundadas sobre a estimativa da presença africana no Rio de Janeiro, ver: CHALHOUB, 2011; GOMES *et al*, 2005; KARASCH, 2000; MOURA, 1995.

Dessa maneira, nas décadas iniciais do século XX, o processo de escravização estava presente nas trajetórias de muitos dos que se moviam pela cidade nesse momento. Por exemplo, no periódico *A Notícia*, em 1901, vemos um diálogo entre um jornalista e Jacintho Pereira da Silva, africano de 120 anos de idade que “vinha descendo hoje a custo a escadaria do hospital da Santa Casa da Misericórdia, auxiliado por um contínuo, apoiando-se a um grosso bastão, tinha os cabelos brancos e o dorso curvado ao peso da idade” (A NOTÍCIA, 27 e 28 de abril 1901, p. 02).

Escrita pelo jornalista, meio indireto de acesso às palavras do nosso protagonista, a biografia se inicia pela diáspora e pela escravização. Sequestrado, o africano saiu do Congo aos 15 anos de idade “como escravo, para a cidade de São João Del Rey”, desembarcando na região da Gamboa “na noite de 15 de abril de 1796”<sup>7</sup>, traslado marcado por violências a bordo aplicadas a todos os seus malungos, comandadas “por um homem muito mau, chamado José Lourenço”, além da fome e do trabalho exaustivo. Após chegar ao Rio, Jacintho foi “para um morro e daí no dia seguinte, com mais quatro companheiros que tinham vindo comigo do Congo, para Minas”, onde trabalhou na lavoura de um coronel local, chamado apenas de “S.” na coluna – talvez uma opção do jornalista para proteger a imagem da família do escravocrata.

Ocultar o nome não apagou o sofrimento de Jacintho na fazenda onde “outros morreram devido aos maus tratos” e quase que diariamente “ele [o coronel] nos mandava castigar pela menor falta” (A NOTÍCIA, 27 e 28 de abril 1901, p. 02). O coronel foi assassinado por Urubu, outro dos escravizados. Assim, Jacintho foi vendido novamente e voltou para o Rio para tratamento de tísica (tuberculose) no hospital da Santa Casa de Misericórdia, que tinha uma de suas unidades de enfermaria localizada na Gamboa.<sup>8</sup> Recuperado, de início trabalhou como carregador e, depois, em

<sup>7</sup> O Cais do Valongo, na região central, era o ponto desse desembarque desde o século XVIII, de onde os africanos escravizados eram vendidos no Rio de Janeiro ou para outras regiões do país.

<sup>8</sup> A Santa Casa de Misericórdia era a principal instituição responsável pela assistência à população pobre entre 1870-1920, especialmente pelo fato de a Prefeitura e o Governo Federal não investirem na construção de uma rede de saúde pública, restringindo a ação do Estado ao combate às epidemias na cidade.

uma roça durante “muitos anos” até ser alforriado “por ter salvo minha senhora que se afogava no rio e então tenho vivido empregado ora aqui ora ali” (A NOTÍCIA, 27 e 28 de abril 1901, p. 02).

A sua trajetória pessoal serve como radiografia da situação em que muitos africanos se encontravam devido à falta de políticas reparatórias. No momento da entrevista, Jacintho morava com três filhos na Tijuca, na Zona Norte da cidade – ele teve 22 filhos ao todo, “com Jesus Cristo 13 e vivos 9” – e se tratava de uma hérnia e de gastroenterite na Santa Casa de Misericórdia (A NOTÍCIA, 27 e 28 de abril 1901, p. 02). A notícia termina dizendo que Jacintho estava recuperado e com muita esperança, com desejo de viver e de contar as suas histórias: “Ficou completamente restabelecido e com muita vontade de continuar a viver até o fim do mundo” (A NOTÍCIA, 27 e 28 de abril 1901, p. 02).

Cerca de quatro meses depois, porém, o jornal *A Notícia*, em sua edição de 17 e 18 de agosto de 1901, publicou partes do diálogo de abril e comunicou o falecimento de Jacintho, na 6ª enfermaria da Santa Casa de Misericórdia: “às 4 horas da manhã, o velho africano, calma e serenamente, como um justo, exalou o último suspiro (A NOTÍCIA, 1904, p. 01). Jacintho faleceu a poucos quilômetros do local por onde chegou na cidade aproximadamente cem anos antes, em uma vida marcada pela diáspora, pela escravização, mas também pela liberdade, pela companhia dos filhos e pelo apreço por contar histórias.<sup>9</sup>

Conhecemos um africano centenário na Zona Sul e outro na Zona Norte, então agora chegou a vez de falar sobre o Centro da cidade, zona de maior densidade demográfica do Rio de Janeiro. Os cortiços e estalagens formavam a paisagem central dos pedaços da “cidade negra” que remontam ao século XIX, onde, segundo Sidney Chalhoub: “os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia e alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX” (CHALHOUB, 2011, p. 230).

---

<sup>9</sup> Em 18 de agosto de 1901, o *Correio da Manhã* contou sobre a morte de Jacintho: “Com a idade de 120 anos faleceu ontem, na 6ª enfermaria do hospital de Misericórdia, o africano Jacintho Pereira da Silva, que veio da sua terra natal aos 15 anos de idade” (CORREIO DA MANHÃ, 1901, p. 02).

As cinco principais freguesias da cidade contavam com um amplo número de negros/negras também no início do século XX e as experiências sociais dos africanos apareciam em meio às transformações urbanas e sanitárias no Centro. Essa cidade repleta de povo e de lojas suntuosas, ao mesmo tempo popular e moderna, tinha contradições perceptíveis em suas ruas. Dentre as nuances no Centro, o lugar mais ocupado por africanos/africanas era o da marginalização social, dependendo de si mesmos para garantir sua sobrevivência. Em alguns casos, o desespero levava a atitudes drásticas, como a tentativa de suicídio do africano Manoel Gervásio em julho de 1905:

Bebeu demais, bebeu o quanto lhe davam as forças, e uma vez bêbado, consequência imediata da grande quantidade de caninha que absorvera, deu para querer abandonar de vez para sempre o planeta em que vivemos.

Não o achava mais suportável. Sobre ele a vida se tornava um verdadeiro rosário de sofrimentos, cada qual o pior, sempre novos, a sucederem-se com teimosia, no cenário detestável da existência (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02).

Manoel, um “velho africano”, morava na rua General Câmara n. 332, na freguesia de Santana (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). Os sofrimentos pelos quais passou não são listados na coluna, mas podemos imaginá-los, já que, como africano e idoso, é possível que tenha cruzado o Atlântico à força para ser escravizado no Brasil. E, mesmo após a Abolição, a sua condição parecia não ter mudado tanto, com sucessivas dificuldades, a ponto de levá-lo a tentar tirar a própria vida.<sup>10</sup>

O jornalista se colocou como alguém que assistiu a cena, como ao afirmar que foi “fácil a solução” de Manoel para o suicídio: com “alegria”, ele teria bebido, quase por inteira, “uma garrafa com bastante álcool, cheia mesmo, e álcool de 38 graus” que havia em sua casa (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). Não temos como saber ao certo o que se

---

<sup>10</sup> Sobre a prática do suicídio de escravizados, ver: CHALHOUB, 2011; COSTA, 2019.

passou com Manoel nem o quão difícil deve ter sido para chegar a essa decisão. Sobre os pontos que parecem verossímeis, como o seu endereço e sua nacionalidade, temos mais um africano morando no Centro, possivelmente em uma habitação coletiva, pois sua dor chamou a atenção dos vizinhos: o “pobre preto contorcia-se terrivelmente no leito, gemendo desesperadamente pela manhã de ontem, quando, avisada, lá foi encontrá-lo a polícia da 5ª delegacia urbana” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02).

Ao ser encontrado, Manoel foi encaminhado para a Santa Casa de Misericórdia em estado grave e é possível que tenha falecido no hospital, pois a coluna se encerrou com os verbos no passado: “O velho africano exercia o mister de lustrador e era bem quisto na vizinhança” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). Só no fim descobrimos seu ofício e que ele tinha a admiração dos seus vizinhos, mas nenhum familiar é mencionado.

Já em maio de 1904, *A Notícia* publicou coluna (não assinada) sobre Joaquim, africano de 108 anos de idade em situação de rua no Centro (A NOTÍCIA, 05 e 06 de mai. 1905, p. 02). Quase vinte anos após a Abolição, o colunista dizia que a memória da escravização, “dessa vergonhosa instituição”, era um vestígio que “estava reservado ao moderno Brasil abater e destruir” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). O país mirava a “civilização” e tentava superar esse passado que vinha à tona quando as pessoas se deparavam com os “velhos despojos de uma barbaria que felizmente acabou” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02).

Havia a percepção do cronista de que Joaquim representava outros escravizados “consumidos pelo trabalho, esgotados pelos anos e pelas torturas” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). Talvez inconscientemente, o colunista evidencia que a Abolição foi realizada sem direitos e sem reparação à população negra, mesmo com os “frutos e opulência” gerados pela sua força de trabalho (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). Isso se soma ao descaso com que os ex-escravizados eram tratados, pois “esses míseros servidores de uma sociedade não encontram quem os ampare”, sendo “lançados à via pública a suplicar um pouco de pão e um pouco de sossego” (CORREIO DA MANHÃ, 1905, p. 02). A escrita no plural indica que essa era a realidade de diversos africanos, relegados à

situação de rua e dependentes da caridade e da solidariedade dos que os viam nas calçadas:

Agora mesmo lá está, à porta da casa n. 21 da rua da Misericórdia, em que fez pouso há 22 dias, ao sol, à chuva, à lama e ao frio, um preto de 108 anos e de nome Joaquim. Dão-lhe os vizinhos comida e água; mas não lhe dão nem podem dar o comezinho conforto de um enxergão e de um teto, nem principalmente a esmola de um banho. O preto jaz abandonado à soleira daquela casa, sem que autoridade alguma o remova dali, o interne num asilo qualquer onde o mísero aguarda com a severidade de quem muito trabalhou e sofreu o termo final da sua vida sem direitos, sem gozos, sem alegrias. Não é propriamente um homem que se vê àquela porta (A NOTÍCIA, 05 e 06 de mai. 1905, p. 02).

A antiga rua da Misericórdia, localizada na freguesia de São José, nas cercanias do Morro do Castelo, era um dos pontos mais movimentados da cidade e local onde vivia Joaquim, um homem negro que contrastava com a modernidade, desumanizado e comparado pelo colonista “a um ignóbil monturo do qual ninguém já se aproxima sem medo” (A NOTÍCIA, 1905, p. 02). Transformado, assim, em alguém imoral, perigoso e associado ao lixo, o discurso era reforçado pela descrição do espaço em que ele ficava na calçada, que seria “um terrível estendal de dejeções e restos de comidas apodrecidas por sobre os quais voejam sinistramente nuvens espessas de moscas.” (A NOTÍCIA, 1905, p. 02).

O drama de Joaquim seria a “mancha negra de uma miséria nas alegrias de uma bela cidade”, por onde passavam o bonde e uma grande multidão obrigada a ver “o lamentável espetáculo, todos se condoem do mísero preto, último despojo de uma instituição bárbara” (A NOTÍCIA, 05 e 06 de mai. 1905, p. 02). Reduzido à imagem de sujeira e miséria, a sua condição seria a síntese da “civilização” como um processo excludente e segregador, feito para poucos e às custas de muitos (A NOTÍCIA, 05 e 06 de mai. 1905, p. 02).

Embora a Constituição Federal de 1891 tenha ampliado a cidadania, a realidade concreta se revelava diferente, sobretudo quando considerada a configuração do social. As autoridades republicanas criminalizavam as práticas culturais, os costumes e comportamentos associados aos negros/negras – africanos e afro-brasileiros – e sucessivas campanhas policiais eram dirigidas aos espaços culturais que sediavam essas práticas, contando com a grande imprensa carioca como parceira na fabricação do medo e nessa criminalização.

Dispositivos jurídicos de ordenamento da vida social institucionalizavam as experiências e identidades sociais que deveriam ser proibidas, demonstrando que, apesar da alegada igualdade, ainda havia sujeitos tratados como não-cidadãos. Exemplos dessa legislação são o Código de Posturas Municipais de 1890; o Código Penal de 1890; e a Lei Alfredo Pinto de 1899, cujos artigos demonstravam as relações de poder no cotidiano a partir de critérios raciais.

Tais medidas apontam para uma característica distintiva da sociedade brasileira: o racismo estrutural. Embora a “raça” não exista biologicamente, ela é um elemento político cujos significados produzem diferenciações e exclusões sociais. As noções sobre “raça” estão em movimento, se atualizam conforme as especificidades histórico-temporais, ou seja, é fundamental abordá-las de forma relacional, contextual e processual (ALMEIDA, 2018). Como o racismo é, por si mesmo, uma relação de poder, trata-se de um processo histórico, político e sistêmico, uma consequência da estrutura social, logo, o seu caráter estrutural é identificado à presença do racismo em todas as esferas da sociedade: políticas, econômicas, institucionais, jurídicas, culturais e sociais (ALMEIDA, 2018). Por esse motivo, demonstrar que a ideia de “raça” é uma construção histórica nos auxilia a avaliar os mecanismos asseguradores de privilégios e de desigualdades estruturais.

A seguir, a investigação das biografias dos “centenários” na cidade do Rio permitirá a visibilização de experiências negras a partir de novos matizes. As trajetórias sociais desses atores históricos envolvem a preocupação com os significados que construíram, com suas perspectivas e modos de viver, com as negociações e conflitos que constituíram suas experiências sociais.

## AFRICANOS CENTENÁRIOS

Outro documento que pode visibilizar as agências africanas na cidade é o Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 1906, organizado pela Oficina da Estatística (1907). Em seu conteúdo, além de apresentar indicadores demográficos, há elogios às transformações urbanas e sanitárias implementadas pelo prefeito Pereira Passos, confirmando o “progresso” e a “civilização”, aspectos que atraíam “todos os povos cultos” à cidade, somados “às belezas naturais que atraem os *touristes*” (BRASIL, 1907, p. LXI).

Enquanto tecia esses autoelogios, o documento trazia narrativas sobre a construção da cidade e da nacionalidade brasileira, cuja memória oficial passava por dois eixos: pelo apagamento das experiências da população negra e pela valorização da imigração europeia na formação sócio-histórica do país (BRASIL, 1907).<sup>11</sup> Por outro lado, o recenseamento não levantou dados sobre raça/cor em seus questionários, omissão possivelmente deliberada, tendo em vista que o próprio Censo definia o “povo brasileiro” como igual, pacífico e harmônico, vivendo em um país “despido de vaidades e de intolerâncias”, em “longa época de tranquilidade” iniciada após a “primeira lei emancipadora do elemento servil” (a Lei do Ventre Livre de 1871) e a proclamação da República (BRASIL, 1907, p. LXI; 04).

A tentativa de produzir imagens de pacificação e de estabilidade nacional, de uma sociedade moderna, sem tensões raciais e sociais, inclinava o texto a tratar a escravidão como instituição superada e relegada ao passado. Entretanto, apesar do esforço de desracializar o cotidiano, as ocorrências policiais e os registros de presos na Casa de Detenção traziam a raça/cor de cada pessoa detida, logo, pela ótica do controle social e da criminalização de expressões culturais, as fronteiras raciais marcavam discriminações sociais. Simultaneamente, os periódicos cariocas faziam referências constantes a aspectos raciais e étnicos, sobretudo no seu

---

<sup>11</sup> Os portugueses eram exaltados pela colonização; outros europeus que moravam na cidade no início do século XX eram elogiados pela “influência moral, intelectual e econômica” que exerciam (BRASIL, 1907, p. 129).

noticiário policial, de maneira que vemos uma contradição entre a cidade da versão oficial e a cidade vivida pelos grupos populares.

Nesse mesmo Recenseamento do Rio de Janeiro (1907) há uma seção sobre “Os Centenários” identificados na cidade, com pequenas biografias e algumas fotografias das 178 pessoas com cem anos ou mais de idade morando na capital carioca (BRASIL, 1907, p. 147-172). Número exaltado como um indicativo de qualidade de vida, é comparado a outra cidade que passava por reformas urbanas: “O número de 178 centenários, em uma população de 811.443 almas, representa, com efeito, mais de cinco vezes a porcentagem encontrada dois anos antes em Buenos Aires” (BRASIL, 1907, p. 85). No entanto, mais adiante, o texto relata ser “bem provável que, entre os 182 centenários recenseados em 20 de setembro de 1906, mais de um terço, talvez, não tenha atingido a idade de 100 anos” (BRASIL, 1907, p. 147). Afinal, seriam 178 ou 182 centenários? Verificando nome por nome no texto, contei 178 pessoas listadas nessas páginas.

Dentre os 178 centenários identificados, havia 61 africanos, 34,2% do total, sendo 41 mulheres e 20 homens. A partir de seus nomes e endereços, investiguei suas aparições na imprensa carioca em busca de maiores informações sobre suas práticas e deslocamentos. A especificidade dessas experiências deve ser visibilizada diante dos desafios de existir e resistir em sociedades estruturadas pelo racismo, compromisso de uma agenda de pesquisa voltada à luta contra apagamentos e preconceitos (GILROY, 2001; HALL, 2003).

Localizei, ao todo, 106 brasileiros recenseados (59,5%), mas infelizmente não foi possível classificá-los a partir da raça/cor, uma vez que os textos não traziam essa informação e as fotografias disponíveis retratavam apenas alguns centenários, deixando boa parte deles de fora desse registro visual. Não há maiores detalhamentos sobre os motivos que levaram os recenseadores a fotografar essas pessoas, ou sobre a razão de apenas algumas delas aparecerem no documento oficial. Há apenas uma menção ao momento em que esse levantamento ocorreu: “terminada a operação censitária, a Comissão Central do Recenseamento procurou coligir também informações sobre os alistados com mais de 100 anos”

(BRASIL, 1907, p. 148). Ou seja, o interesse pelos centenários pode ter surgido durante o levantamento e, em todo caso, despertou curiosidade suficiente para que a municipalidade buscasse mais informações a respeito desses sujeitos históricos.

Voltando ao documento, ao analisar as poucas fotografias presentes no Censo, identifiquei 11 pessoas negras e brasileiras entre os centenários. Somando-as aos 61 africanos, teríamos um total de 72 negros/negras na cidade com cem anos ou mais de idade – 40,4% do todo –, personagens que trazem novas possibilidades de investigar a “cidade negra” (CHALHOUB, 2011).<sup>12</sup> Ainda que a quantidade de centenários fosse alta, no texto há ressalvas sobre a precisão desses dados, pois os “velhos do Rio de Janeiro não se eximem, portanto, do inocente mas censurável hábito de exagerar a idade, tão comum aos que já viveram muito” (BRASIL, 1907, p. 85). Seria possível que “muitos dos nossos velhos recenseados como centenários não tenham de fato concluído ou transposto um século de existência”, consequências de “ignorância ou falsa compreensão”, que a administração municipal julgava não ter como comprovar, mas decidiu se basear nas informações dadas pelos próprios centenários (BRASIL, 1907, p. 85).

Quando ampliamos a lente sobre os africanos centenários, notamos que dois distritos concentravam mais de um terço deles: o de Espírito Santo, com 15 africanos, nove deles morando no Asilo de São Francisco de Assis; e o da Gamboa, com 11, 37,7% do total de africanos recenseados (BRASIL, 1907, p. 147-172).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Há apenas 11 estrangeiros não-africanos (6,1% do total), sendo sete portugueses; duas espanholas; e dois italianos (BRASIL, 1907, p. 147-172).

<sup>13</sup> Desde meados do século XIX, o Asilo de São Francisco de Assis recebia idosos, enfermos e pessoas em situação de rua que eram encontrados nas ruas da cidade do Rio ou que eram encaminhados pela polícia à assistência da instituição.

**FIGURA 1** – Africanos centenários do distrito de Espírito Santo, recenseados no Asilo de São Francisco de Assis: Marcellina P. de Jesus, Albino Velho, João Mina Africano e João Mina



**Fonte:** BRASIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907, p. 154-156.

Os distritos do Espírito Santo e Gamboa se encontravam no perímetro formado pelas cinco maiores freguesias centrais até 1903: Candelária, São José, Santa Rita, Santana e Sacramento.<sup>14</sup> Os distritos da Candelária, São José, Santa Rita, Santo Antônio, Sacramento, Santa Tereza, Santana, Gamboa e Espírito Santo, somados, tinham 33 africanos centenários (54% do total de 61 pessoas).

Voltando à Gamboa, todos os seus centenários eram africanos, sendo que seis deles chegaram ao Brasil ainda crianças, provavelmente escravizados. Três dos centenários moravam na rua Senador Pompeu, em casas muito próximas: Ignes Maria da Conceição, de 100 anos de idade, que morava no nº 130; Felipe (sem sobrenome identificado), de 130 anos, ex-soldado que serviu na Guerra do Paraguai, morando no nº 168; e Bernardo Joaquim de Almeida, com 100 anos, morando no nº 194 (BRASIL, 1907, p. 154).

Se três centenários na mesma rua já seria algo curioso, imagine se encontrássemos outros três no mesmo endereço. É o que acontece com

<sup>14</sup> A partir do decreto 434, de 01/06/1903, o Distrito Federal passou a ser dividido em 25 distritos, com a região da Gamboa separada da freguesia de Santana.

três africanos residentes na rua Barão de São Félix, nº 22: Domingos Africano, de 123 anos, pintor; Horácio de Sá Pacheco, de 117 anos, cozinheiro, em “perfeita saúde”; e Brás da Silva Pereira Porto, de 109 anos, que trabalhava como pedreiro nas obras da Avenida Mem de Sá (BRASIL, 1907, p. 153).

A respeito de Brás, é significativo verificar que a Prefeitura explorava o trabalho de um africano de 109 anos nessas obras públicas destinadas à alegada civilização. Segundo os registros do Censo, ele chegou ao Brasil com 10 anos de idade e ainda era “forte, vê, ouve e anda perfeitamente”, no entanto, foi excluído dos supostos benefícios do processo de modernização da cidade, recrutado apenas como mão-de-obra.

Possivelmente Brás foi escravizado, mas essa informação não aparece em sua biografia – e em nenhuma das outras 60 trajetórias dos africanos, silenciamento intencional para apagar o passado escravista do Rio de Janeiro. É recorrente a informação de que a maioria deles chegou ainda criança, vivendo um tempo na Bahia, como na biografia de Gertrudes da Conceição: africana de 110 anos, moradora da Ladeira do Faria nº 41, também na Gamboa, que “veio para o Brasil no tempo de D. Pedro I e residiu algum tempo na Bahia” e à época do Censo ainda trabalhava como quitandeira, ocupação comum entre africanas desde a escravização.<sup>15</sup> Tentando esconder as condições em que Gertrudes chegou ao país “no tempo de D. Pedro I”, a sua história aparece de maneira lacônica e impessoal, como se ela tivesse viajado a passeio para a Bahia; daí, também voluntariamente, se dirigido a outros cantos do país.

A conexão direta entre África e Bahia também aparece na biografia de Delphina Maria da Conceição, de 100 anos de idade, recenseada na rua General Câmara, nº 311, no distrito do Sacramento, que “veio de sua terra para a Bahia com cerca de 15 anos”, aproximadamente em 1821 (BRASIL, 1907, p. 149-150). Dois anos depois, Delphina foi morar no Rio de Janeiro, “exercendo desde então a profissão de cozinheira”, provavelmente escravizada ao longo dessas décadas (BRASIL, 1907, p. 150). Descobrimos que: “de três anos para cá [ela] dedica-se a vender

---

<sup>15</sup> Sobre o tema, ver FARIAS, 2012.

plantas, cestas, roseiras, etc.; e faz ponto sempre em uma das portas do armazém 96 da rua Marechal Floriano Peixoto da firma Braga Dias & C.; estes senhores a estimam muito” (BRASIL, 1907, p. 150). Mais uma vez, vemos uma africana centenária trabalhando diariamente nas ruas do Rio, saindo de sua casa, na rua General Câmara – espaço vigiado – até o ponto em que vendia seus cestos e plantas, na rua Marechal Floriano Peixoto – o espaço “civilizado”.

Um pouco longe da Gamboa, no distrito do Méier, nos subúrbios da cidade, na freguesia do Engenho Novo, o Censo identificou doze centenários, sendo sete brasileiros e cinco africanos (BRASIL, 1907). Espalhados por ruas que atualmente fazem parte de bairros como Méier, Cachambi, Engenho de Dentro e Lins de Vasconcelos, os cinco africanos eram analfabetos, mas a maioria deles tinha poucas informações em suas biografias: em suma, vemos as suas idades, endereços e condições de saúde.<sup>16</sup>

Dos africanos centenários do Méier, a biografia mais curiosa é a de Marcolino Jorge dos Santos, o único dos 61 africanos do Censo descrito como “curandeiro” e que tem mencionada a sua ligação com a religiosidade:

[...] com 110 anos de idade, viúvo, africano, analfabeto, profissão ignorada, recenseado à rua Miguel Ângelo, casa s/n (barracão). Veio para o Brasil com 5 anos de idade. Vê e ouve bem. Tem mania religiosa, é curandeiro e está sofrendo de amolecimento cerebral. Não tem filhos. (BRASIL, 1907, p. 161)

---

<sup>16</sup> Apolinária (sem sobrenome), tinha 100 anos e endereço fixo na rua Torres Sobrinho nº 13; Domingas Rosa, de 110 anos, embora recenseada na rua Miguel Cervantes, casa s/n (barracão), vivia no Asilo dos Mendigos, pois estava cega e “sofrendo das faculdades mentais”. Benedito Mina tinha 100 anos, chegou ao Brasil aos seis anos, era casado, chacareiro, também tinha “precário o estado de saúde”, além da “memória bastante enfraquecida” e morava em um barracão sem número na rua Pedro Álvares Cabral. Há também Severina Maria da Conceição Barreiro, aos 120 anos, morando na rua Lins de Vasconcelos, n. 51, que chegou ao Brasil aos 10 anos de idade, e estava com a memória “algum tanto enfraquecida”, via pouco e escutava bem (BRASIL, 1907, p. 160-161).

Mais um que possivelmente foi escravizado, Marcolino tem sua profissão ignorada, mas é descrito como “curandeiro” e de “mania religiosa”. As perseguições aos feiticeiros alcançaram o próprio Marcolino e nos dão um pouco da dimensão da sua experiência no subúrbio carioca.<sup>17</sup> Em abril de 1900, o *Jornal do Brasil* relatava uma busca policial realizada na casa desse centenário, que terminou com a sua prisão:

Não pensem os leitores que esta notícia vai tratar do chefe preto que Mouzinho de Albuquerque capturou em terras d'África e enviou para as prisões lisboetas, não.

O *Gungunhana* que aqui figura é um desses inúmeros feiticeiros que pululam aqui, e que conseguem ter uma clientela, às vezes, da melhor sociedade fluminense.

O seu verdadeiro nome é Marcellino Jorge dos Santos, tem mais de 80 anos de idade, pernas arqueadas e usa um guarda-pó de cor duvidosa, do qual se exala um fétido extraordinário (JORNAL DO BRASIL, 01 de abr. 1900, p. 06, grifos no original).

A notícia grafa o nome como Marcellino mas, como será abordado a seguir, o africano reapareceu duas vezes no mesmo jornal com o nome grafado como Marcolino, tal como foi recensado em 1906, e com o mesmo apelido. Feita essa primeira ressalva, outro ponto a destacar se refere à sua idade, já que, segundo o Censo, ele teria 110 anos em 1906, ao passo em que o periódico registrou que ele tinha “mais de 80 anos de idade”.

De fato, a diferença de 30 anos entre ambas as descrições salta aos olhos, mas o conflito entre as duas fontes pode ter ocorrido porque, no Censo de 1906, as informações biográficas foram dadas pelos próprios centenários. Talvez Marcolino tenha atribuído a si mesmo a idade de 110 anos; em contrapartida, a menção genérica sobre os “mais de 80 anos” pode ter sido passada pelos policiais ou uma impressão do jornalista que provavelmente acompanhou a invasão policial. Com efeito, prevalece o fato

---

<sup>17</sup> Há diversos estudos sobre a perseguição às religiosidades de matriz africana e aos sujeitos frequentadores desses espaços. Sobre o tema, ver: MORAES, 2017; SAMPAIO, 2000.

de Marcolino já ter a idade muito avançada e realizar seus atendimentos no bairro.

Em relação à sua alcunha, era um apelido que evocava o nome de Gungunhana (c.1850–1906), o último imperador de Moçambique, responsável por comandar a resistência da região contra a invasão colonialista portuguesa desde o final do século XIX.<sup>18</sup> De todo modo, o Gungunhana do Méier tinha destaque na região, com clientes “às vezes, da melhor sociedade fluminense”, mas apenas os feiticeiros eram criminalizados e presos, sendo este o motivo para a invasão da casa de Marcolino:

Atribuem-lhe feitos de magia e curas maravilhosas, sendo este o motivo por que ao seu antro, na estação do Méier, afluía grande quantidade de pessoas, às quais distribuía ervas de poderes maravilhosos.

A polícia da 17ª circunscrição, porém, não quis a continuação das práticas infernais, e zás...mandou trancar *Gungunhana* no xadrez do posto policial do Méier.

No seu casebre foram encontrados muitos molhos de ervas, conchas, peles de cobras e muitas bugigangas (JORNAL DO BRASIL, 01 de abr. 1900, p. 06, grifos do original).

A desqualificação da sua casa como “antro” de “práticas infernais” a coloca como foco de desvio moral, junto a outras tradições culturais afro-brasileiras.<sup>19</sup> Os saberes e poderes de Marcolino incomodaram o delegado do distrito, que ordenou a prisão do africano – associada pelo jornal à prisão do Gungunhana moçambicano. Se, em Portugal, a campanha colonialista implicava na invasão de territórios, genocídios e prisões, no Rio de Janeiro, os braços da violência seguiam o duplo caminho de controle sobre o corpo de Marcolino e sobre as suas práticas culturais.

Não é possível saber por quanto tempo ele permaneceu preso, mas em outubro de 1900, seis meses depois de sua prisão, o *Jornal do Brasil* trazia

---

<sup>18</sup> Tratava-se de um assunto muito repercutido pela imprensa carioca, que exaltava diariamente o poder militar de Portugal, destacando a atuação de Joaquim Mouzinho de Albuquerque, o oficial responsável pela prisão de Gungunhana.

<sup>19</sup> Sobre o tratamento que os periódicos conferiam à população negra, ver: SCHWARCZ, 1987.

a notícia de que o delegado do Méier invadiu novamente a “espelunca do célebre Marcolino Jorge Santos, alcunhado *Gungunhana*, onde celebra as suas sessões de feitiçaria”, lá encontrando diversos objetos como “um bengalão”, “sapatinhos de criança”, galinhas pretas e “um saco com diversas ervas e outras bugigangas” (JORNAL DO BRASIL, 1900, p. 01). Não sabemos se Marcolino foi preso, porém, as suas artes de cura e previdência continuavam a incomodar o delegado.

O mesmo *Jornal do Brasil* voltava a publicar uma coluna sobre Marcolino, agora em fevereiro de 1901.<sup>20</sup> Novamente sem assinatura, como as duas notícias anteriores, desta vez o relato descreve Marcolino usando apenas o seu apelido. A sua idade não está presente na coluna, mas o fato de ser um “preto idoso” corrobora com as estimativas sobre ser um africano centenário – ou quase isso. Além do mais, há a informação de que foi o “povo” quem lhe dera o apelido, “talvez porque lhe descubram semelhança com o “belicoso e temido” imperador Gungunhana, apesar de o velho feiticeiro ser “pacífico” e de “ares suntuosos” (JORNAL DO BRASIL, 1901, p. 06).<sup>21</sup>

A seguir, lemos que no Méier “contam-se maravilhas deste singular personagem”, sendo estimado entre as “almas tímidas e supersticiosas” e “ingênuas essas que acreditam na *mandinga!*” e no “poder oculto” e milagroso de Marcolino, que o colunista vê como enganação e interesse por dinheiro (JORNAL DO BRASIL, 1901, p. 06). À maneira do que ocorria no Centro da cidade, havia o costume popular de consultar os feiticeiros africanos para resolver assuntos os mais diversos: curas de

---

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, “O Gungunhana – A ‘mandinga’ em ação – O poder oculto no Méier”, 26/02/1901, p. 6.

<sup>21</sup> Na prática, é possível que as pessoas realmente tenham visto semelhanças entre ambos, mesmo porque retratos do líder moçambicano eram divulgados pelos periódicos cariocas. Sobre sua aparência, encontramos a seguinte descrição: “a negra figura do velho negro, de olhos pardos e congestionados, barba e carapinha brancas”, cuja casa era “baixa e velha, de telhado negro a descambar para a terra”, suja e sombria. Seguiu-se a listagem de todos os objetos e animais encontrados em sua casa, como “ossos de esqueleto”, “vidros com cobras e lacraias, cascas de répteis, galhos de veado, pés de bode, aqui, ali, acolá, esparsos pelas paredes, pendentos do teto”, além do oratório na “sala térrea de telha vã e paredes negras” (JORNAL DO BRASIL, 1901, p. 06).

doenças e feridas, previsões, pedidos de emprego ou para encontrar um amor, problemas no casamento, ou mesmo o desespero de uma “mãe amorosa, que quer arrancar o filho às mãos de uma brejeira, que lhe come o cobre e o engana” (JORNAL DO BRASIL, 1901, p. 06).

O motivo da coluna é compreendido no seu final, pois no dia anterior, a polícia invadiu a casa de Marcolino mais uma vez, enquanto ele dava uma de suas consultas:

Ontem deu a bisbilhotice da polícia para arrancar o *Gungunhana* da doce e tranquila paz em que fruía os proventos da sua provisão.

Mas, não parou no xadrez da 12ª circunscrição senão o tempo para invocar os seus *espíritos*, como afirma o povo crédulo; pois dentro de duas horas, lá ia o *Gungunhana* quase garboso, caminho da cubata, em que reúne os seus fetiches.

A estas horas com certeza lá tece ele os pauzinhos para chamar mais dinheiro pr'as almas (JORNAL DO BRASIL, 1900, p. 06, grifos do original).

A 12ª circunscrição policial englobava as regiões do Méier e do Engenho Novo, então provavelmente essa invasão foi comandada pelo mesmo delegado das batidas anteriores. Desta vez, o africano ficou detido por cerca de duas horas até ser liberado para voltar para casa. Talvez Marcolino tenha passado por inúmeras situações como essa ao longo da sua vida, sendo preso e solto no mesmo dia, ou ficando alguns meses detido nesse contexto de repressão às práticas culturais africanas.

A leitura dos periódicos cariocas indicou uma omissão importante entre os centenários recenseados na cidade. Em maio de 1906, o *Correio da Manhã* noticiou uma briga que tomou conta de uma hospedaria da rua do Regente, no número 37, no Centro. Algo corriqueiro na imprensa, mas sobressalta um aspecto. Um dos envolvidos era Camillo da Costa, um africano de 138 anos de idade:

Camillo da Costa, africano, natural de Cabinda, onde nasceu nos últimos anos do século 18, pois conta a bagatela de 138 anos de idade, foi ontem, vítima da hostilidade de um miserável que o espancou, a pau, deixando-o muito contundido.

Estava Camillo na hospedaria da rua do Regente n. 37, ontem, às 8 horas da noite, quando ali penetrou o crioulo Manoel Francisco, de 30 anos de idade e quis se apossar da esteira onde dormia o pobre velho.

Como houvesse oposição de Camillo, Manoel, armando de pesado cabo de alvião, descarregou duas valentes bordoadas no infeliz macróbio.

Aos gritos deste, acudiram várias pessoas e o civil de ronda que efetuou a prisão do agressor.

Na 5ª urbana, depois das formalidades de estilo, lavrado o competente auto de flagrante contra Manoel foi este recolhido ao xadrez (CORREIO DA MANHÃ, 1906, p. 03).

À primeira vista, a briga por uma esteira pode parecer estapafúrdia, no entanto, se levarmos em conta todas as dificuldades vividas por negros/negras na cidade, se tratava de um objeto essencial para não dormir diretamente no chão. As hospedarias, cômodos coletivos onde as pessoas mais pobres passavam a noite para não ter que dormir nas ruas, foram a alternativa a que o “pobre velho” Camillo teve de recorrer, uma vez que talvez não tivesse lugar para morar nem conseguia pagar um aluguel semanal em alojamentos melhores, o que o obrigaria a perambular pelas ruas com o risco de ser enquadrado nas leis de repressão à “vadiagem”.<sup>22</sup>

Outro aspecto a indagar é sobre a classificação racial do agressor de Camillo, o “crioulo Manoel Francisco”, pois, muitas vezes, a cor era acionada pela imprensa para a criminalização e era comum encontrar notícias de roubos, furtos ou agressões em que designações como “o negro”, “o preto”, “o crioulo”, “o mulato”, o “pardo” e “o africano” acompanhavam os nomes daqueles que a imprensa e a polícia apontavam como infratores.

---

<sup>22</sup> Sobre a repressão à “vadiagem” na cidade do Rio de Janeiro, ver: CHALHOUB, 2012; GARZONI, 2007; NEDER, 1997.

O crime de um negro/negra era extensível a todos os outros, e os espaços que ocupavam eram considerados locais de criminalidade. Por outro lado, não encontramos classificações como “o branco” seguida do nome da pessoa; era mais comum que a nacionalidade fosse citada: “o nacional”, “o português” e “o espanhol”, talvez para evitar associações diretas entre brancos e algum crime.

Voltando ao caso de Camillo da Costa e a sua ausência na lista dos centenários do Censo do Rio, inicialmente se pode pensar que ele faleceu antes da realização dos questionários, já que as fichas elaboradas pela Prefeitura foram entregues aos recenseadores entre os dias 04 e 12 de setembro de 1906, portanto, quatro meses após a agressão que sofreu. No entanto, em agosto de 1907, o jornal carioca *O Século* publicava sobre o “Costa Mina”, apelido de Camillo da Costa entre os moradores do distrito da Gávea (*O SÉCULO*, 1907, p. 02).

Descrito como um idoso que tem a “cabeça toda branca e conserva bons dentes”, embora estivesse “um pouco demente”, era um sujeito com gosto pela conversa: “conversa bem e conta história ainda do tempo de d. João VI” (*O SÉCULO*, 1907, p. 02). Distante da hospedaria da rua do Regente, onde foi agredido, e cerca de um ano após esse evento, a sua fama na Gávea pode simbolizar uma vida baseada em deslocamentos pela cidade, ficando pouco tempo em determinados espaços.

O Camillo Costa, o “Costa Mina”, como lhe chamam lá na Gávea, onde é muito conhecido, é um preto da costa d’África, notável pela sua idade se destaca de todos os humanos. Tem apenas 142 anos de idade; cento e quarenta e dois! Já é viver... Ainda esmola por aí, a fim de arranjar os meios necessários para a sua subsistência (*O SÉCULO*, 1907, p. 02, grifos no original).

No ano anterior, em 1906, Camillo tinha 138 anos, segundo o *Correio da Manhã*. Em 1907, o jornal *O Século* informa que ele tinha 142 anos. Como não parece possível que ele tenha envelhecido quatro anos em doze meses, a idade imprecisa pode ter sido passada pelo próprio Camillo,

mas em circunstâncias diferentes: na primeira vez, após ser agredido; na segunda, segundo o jornal, Camillo apresentava alguns sinais de esquecimento. Seja como for, os dois periódicos não contestaram que o africano poderia mentir ou exagerar, pois talvez a sua fisionomia fosse a de alguém com idade muito avançada.

Não sabemos os motivos pelos quais os recenseadores de 1906 deixaram escapar a história de Camillo, sobretudo diante do seu registro em um dos maiores jornais da cidade. Com efeito, o jornal relatava que: “Ontem foi ele [Camillo] preso e levado para a polícia central, de onde vai ser removido para o asilo da velhice desamparada”, mas não localizamos informações sobre ele ter sido preso por vagar pelas ruas pedindo esmolas ou se porventura ele não tinha onde dormir (O SÉCULO, 1907, p. 02).

Talvez o africano soubesse que era mais arriscado ficar nas ruas centrais, daí aparecer no distrito da Gávea, no entanto, certo é que a repressão policial o levou para a delegacia central, encaminhando-o para um asilo. Mais especificamente, para o Asilo de São Francisco de Assis, onde o nome de Camillo da Costa apareceu nos obituários de 1908 dos periódicos *O Paiz* e no *Jornal do Commercio*, ambos registrando que ele tinha 142 anos e foi enterrado no cemitério de São Francisco Xavier (JORNAL DO COMMERCIO, 1908, p. 04; O PAIZ, 1908, p. 05).

Como vimos acima, esse Asilo, na freguesia do Espírito Santo, abrigava nove africanos recenseados em 1906. Talvez Camillo conheceu algum deles, contando suas histórias aos outros centenários asilados e, nas constantes diásporas internas, é possível que esses sujeitos históricos tenham se cruzado pelas ruas, talvez sem se reconhecer, talvez dividindo um espaço de trabalho, de sociabilidade ou de fé. Longevos, resistentes e persistentes, continuavam a produzir a cidade por meio de suas memórias, de suas atividades profissionais, modos de viver e expressões culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos arquivos, localizar comportamentos e práticas cotidianas dos sujeitos auxilia a repensar processos históricos, extraindo das fontes tanto os significados culturais em disputa quanto as experiências sociais tecidas.

Sujeitos marginalizados têm suas agências restituídas e valorizadas quando o olhar histórico-antropológico se direciona aos documentos.

A partir dos registros na imprensa carioca e no Censo Municipal de 1906, localizei os centenários entre africanos e brasileiros negros, buscando informações sobre suas trajetórias e a sua espacialização na cidade do Rio. Além disso, procurei avaliar os modos pelos quais os jornais e a documentação oficial falavam sobre esses sujeitos históricos, fontes inestimáveis para ampliar o campo de interlocução da pesquisa ao propor uma abordagem que pense o fazer social por meio dos marcadores de raça.

As histórias desses sujeitos carregam as vidas de muitos e tornam interpretáveis as diferentes experiências da “cidade negra” no Rio de Janeiro. Com isso, colocam horizontes possíveis para a visibilização de personagens silenciadas pelas versões oficiais, desvelando outras facetas desse período. Trazer novas abordagens a essa documentação amplia as possibilidades analíticas do campo historiográfico, sobretudo pelo protagonismo de sujeitos diaspóricos que construíram suas relações em diferentes espaços sociais e culturais.

Ao trabalhar com a imprensa, pude encontrar indícios sobre as trajetórias e agências de sujeitos que passaram pela experiência da escravização. Em uma leitura a contrapelo, foi possível desvelar camadas de vivências entrecortadas pela ausência de medidas de reparação e inclusão social. Essas pistas apontaram para possíveis contra-usos em meio à redefinição do traçado das ruas do Rio, fazendo emergir uma cidade em movimento, marcada por resistências, negociações e conflitos.

Convém lembrar que esses registros foram escritos por autoridades republicanas, logo, são carregados por uma leitura etnocêntrica e classista e, quando em referência ao passado de africanos e afro-brasileiros, ocultam-se as violências sofridas durante a escravização. Dessa maneira, torna-se fundamental problematizar o seu conteúdo, uma vez que no Rio das reformas urbanas, havia agências africanas, negras e centenárias, formas insurgentes e corpos dissidentes em meio às tentativas de europeização dos costumes e dos comportamentos na moderna *belle époque* carioca.

Em todo caso, ora pela desumanização, ora pela negação de direitos de cidadania, esses africanos e brasileiros negros foram excluídos do projeto de formação de uma identidade nacional no pós-Abolição, produto do racismo. Então, para interpretar esse período a partir de lentes descentradas das perspectivas dos “vencedores”, o olhar aplicado às fontes ao longo destas páginas buscou descortinar as experiências concretas dos centenários negros a fim de encontrar suas agências, reconhecendo-os como sujeitos ativos do seu tempo.

## FONTES

Periódicos (1890-1906) – Acesso via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponíveis em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2022.

### *A Notícia*

A Notícia, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1894.

A Notícia, Rio de Janeiro, “Macróbio”, 27 e 28 de abril de 1901, p. 2.

A Notícia, Rio de Janeiro, “Um despojo da escravidão”, 05 e 06 de maio de 1904, p. 2.

A Notícia, Rio de Janeiro, “Com 120 Anos”, 17 e 18 de agosto de 1904, p. 1. *Correio da Manhã*.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 de ago. 1901.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, “Bebedeira e...vontade de morrer – Na rua General Câmara”, 12 de jul. 1905, p. 02.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, “Na polícia e nas ruas”, notícia “Um perverso – Macróbio agredido”, 22 de mai. 1906, p. 03.

### *Jornal do Brasil*

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, “O Gungunhana – Mais um feiticeiro – Visita policial”, 01 de abr. 1900, p. 06.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de out. 1900, p. 01.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, “O Gungunhana – A ‘mandinga’ em ação – O poder oculto no Méier”, 26 de fev. 1901.

*Jornal do Commercio*

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, “Obituário”, 12 de nov. 1908, p. 04

*O Paiz*

O Paiz, Rio de Janeiro, “Obituário”, 06 de nov. 1908, p. 05;

*O Século*

O Século, Rio de Janeiro, “Já é viver – O ‘Costa Mina’ – A história do gato – 142 anos de idade”, 27 de ago. 1907, p. 02.

## **PUBLICAÇÕES OFICIAIS**

BRASIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro: (Districto Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.  
CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle époque*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

COSTA, Camila Dias da. *As cores do suicídio: a morte na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2019.

- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35. p. 253-270. dez. 2007.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FARIAS, Juliana Barreto *et al.* *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.
- GARZONI, Lericé. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Flávio dos Santos *et al.* *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORAES, Caio Sergio de. *A cidade do Feitiço – Feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República – 1890 a 1910*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- NEDER, Gizlene. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997, p. 106-134.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do feitiço Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVA, Thiago Campos da. *A cor da cidade: raça, controle social e reformas no Rio de Janeiro (1890-1906)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.

Texto recebido em 17/09/2023 e aprovado em 08/06/2023